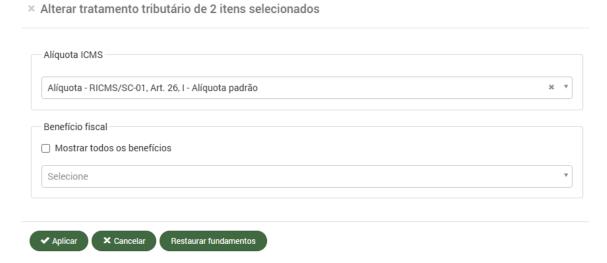


## Comunicado Importações nº 001/2025, de 11/03/2025

## SLEI - Tratamento tributário do ICMS

O Sistema de Liberação Eletrônica de Importações recebeu uma nova funcionalidade que disponibiliza para o importador todos os fundamentos legais cadastrados para uso durante a elaboração da Declaração do ICMS.

Na janela "Alterar tratamento tributário dos itens selecionados", o sistema irá apresentar no campo "Benefício fiscal" os fundamentos legais do ICMS consideradas compatíveis com pelo menos um dos itens selecionados.



Vamos relembrar que a compatibilidade de um fundamento legal com determinado item da declaração depende de diversos fatores que podem restringir o seu uso. São avaliadas características do estabelecimento importador, da operação de importação e do item declarado na DUIMP. Por exemplo: o fundamento legal correspondente à redução de base de cálculo de produto da cesta básica é incompatível com outros produtos; o fundamento que permite o uso de regime especial somente é compatível com o importador que detém esta concessão; o fundamento legal que exonera o ICMS por admissão em entreposto aduaneiro somente será compatível quando o item, na DUIMP, receber tratamento tributário federal equivalente.

A novidade fica por conta da opção "Mostrar todos os benefícios" que, quando marcada, fará com que o sistema apresente todos os fundamentos legais do ICMS cadastrados no campo "Benefício fiscal".

Isso permitirá que um fundamento legal incompatível seja escolhido. E isso será alertado pelo sistema, veja na figura abaixo o ícone de alerta.



Para saber os motivos da incompatibilidade, basta clicar no botão "Visualizar detalhes" representado pela figura . Somente quando todos os itens apresentarem o ícone OK (de cor verde), então será possível entregar a Declaração do ICMS.

Para utilizar um fundamento legal que o sistema identificou como incompatível, resolva primeiro o motivo da incompatibilidade. Dependendo do motivo, será necessário promover uma retificação da DUIMP, quitar débitos que impedem a emissão da Certidão Negativa de Débitos, entregar os arquivos de Escrituração Fiscal Digital ainda não enviados para a SEF/SC, atualizar o cadastro do estabelecimento importador na SEF/SC ou qualquer outra condição apresentada pelo sistema como impeditiva para uso do fundamento legal.

ATENÇÃO: Não utilize a opção "Outro" para substituir um fundamento legal incompatível. No entanto, se você tiver CERTEZA que o sistema avaliou incorretamente, justifique amplamente sua fundamentação legal no campo "Tratamento tributário pretendido" e anexe a documentação necessária na aba "Documentos".

Instruções atualizadas para uso do sistema estão disponíveis no endereço: <a href="https://www.sef.sc.gov.br/saiba-mais/importacoes-registradas-com-duimp">https://www.sef.sc.gov.br/saiba-mais/importacoes-registradas-com-duimp</a>

O Sistema de Liberação Eletrônica de Importações pode ser acessado no endereço: <a href="https://sat.sef.sc.gov.br/tax.net/Sat.ComercioExterior.Web/Duimp/PainelDeclaracoeslcms.aspx">https://sat.sef.sc.gov.br/tax.net/Sat.ComercioExterior.Web/Duimp/PainelDeclaracoeslcms.aspx</a>

Mantenha-se informado consultando os avisos tributários relacionados à importação no site da SEF/SC:

https://www.sef.sc.gov.br/avisos-tributarios?pagina=1&linhas=10&idTipo=5

Dúvidas e sugestões sobre o sistema poderão ser encaminhadas por e-mail para o endereço duimp-piloto@sef.sc.gov.br